

de Valença 2.<sup>o</sup> Secretaris.

Sessão 33.<sup>a</sup>

No Dia 20 de Junho de 1826

Presidencia do Sr. Presidente

Aberta a sessão foi lida, e approvada a Acta da antecedente.

Leu-se o seguinte

Parecer

A Commissão da Mesa examinando a Indicação sobre o vincimento do official Maior he de parecer, que em quanto não for sancionada a Lei dos ordenados, reciba o dito official Maior hum conto e duzentos mil reis pelos mezes da Sessão ordinaria, ou extraordinaria, ficando, durante esse tempo, suspenso o ordenado que reciba pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, para continuar, depois de findos os trabalhos do Senado. Fecho do Senado 20 de Junho de 1826 = Visconde de Santo Amaro Presidente = João Antonio Rodrigues de Carvalho = Barão de Valença = Visconde de Barbacena = Francisco Carneiro de Campos.

O Sr. Visconde de Caravellas requerio a urgencia, e sendo esta vencida entrou o Parecer em discussão.

Não havendo quem fallasse contra elle, o Sr. Presidente o fez a votação, e foi approvado.

Falou-se depois a primeira leitura do seguinte

Parecer

A Commissão de Legislação vio com grande dor de seu coração a desgraçada sorte que tiveram os Cidadãos Brasileiros mencionados na relação que acompanhou o Officio do Ministro da Justiça da data de 12 d'ute mez, e he parece, que, sobre este objecto não deve o Senado, tomar



deliberações em quanto elle não for presente  
o resultado das mais Comissões Militares,  
que se crearão nas outras Províncias. Lido  
do Senado 20 de Junho de 1826 = Barão d'Alcan-  
tara = Francisco Carneiro de Campos = João  
Antonio Rodrigues de Carvalho

Ficou para segunda leitura  
Le-se então outro Parecer, concebido n'estes ter-  
mos = A Comissão da Verificação dos po-  
deres examinando o Diploma do Senador Sr.  
Dom Nuno Eugenio de Lóiz e Siltis, o achou  
legal. Lido do Senado 20 de Junho de 1826 =  
Visconde de Inhamitupé = Visconde de Cara-  
villas = Barão de Valença = João Antonio Ro-  
drigues de Carvalho.

Foi approvado da mesma forma que até  
agora se tem praticado com outros semelhantes.

O Sr. 1.º Secretario em conformidade do  
Artigo 123 do Regimento Interno pediu para  
ser exempto das Comissões em que estava ser-  
vindo, porem a vista de algumas reflexões que  
tiverão lugar durante o debate suscitado por es-  
se motivo, declarou que desistia da sua preten-  
ção.

Propoz o Sr. Presidente, se a Camara ap-  
provava que se reservasse o tratar esta materia  
para depois da discussão do Regimento. Deci-  
diu-se que sim.

O Sr. Barão d'Alcantara, fez a leitu-  
ra seguinte

#### Parecer

As duas Comissões das Camaras dos Senadores,  
e Deputados, encarregadas de organizar o For-  
mulario do Reconhecimento do Principe Impe-  
rial, e reunidas para esse fim, tendo accoraa-  
do, depois de ponderada, e discutida a materia,  
em que o dito Formulario se deontar por hu-  
ma Lei, offerecem a consideração da Assembléa



Geral Legislativa o seu Projecto, com a Formula do Instrumento, de que n'elle se faz menção; e apertão que a proposição, e discussão deve ter principio no Senado, por ter sido d'elle a iniciativa.

Projecto de Lei  
Assemblea Geral Legislativa do Imperio do Brasil. Conta:

Artigo 1.º O Acto Solemne do Reconhecimento do actual, e dos futuros Principes Imperiaes, como Successores do Throno do Imperio, sera celebrado pela Assembleia Geral, reunida no Paço do Senado, no dia, e hora, que se designar por accordo de ambas as Camaras.

Artigo 2.º Reunidos os Senadores, e Deputados, o Presidente fará verificar o numero de hum, e outros, e achando-se presentes os Membros de cada hum das Camaras, que são precisos n'ellas para a celebração das suas Sessões, na conformidade da Constituição Titulo 4.º Capitulo 1.º Artigo 23, annunciara por hum breve discurso o fim para que se congregou a Assembleia Geral Legislativa.

Artigo 3.º Fato o annuncio pelo Presidente, e declarada a approvação da Assembleia Geral pela maneira observada nas Camaras, o 1.º Secretario do Senado lavrará em duplicado o Instrumento d'este Acto Solemne de Reconhecimento do Principe Imperial.

Artigo 4.º O Instrumento hade conter expressa, e necessariamente: 1.º o anno, mes, dia, hora, e lugar em que se celebrou o Acto do Reconhecimento: 2.º o numero de Senadores, e Deputados, que a elle foram presentes: 3.º o nome do Presidente que o dirigio: 4.º o nome do Principe Imperial com todas as sobrenomes que tiver, e os nomes dos seus Augustos Pais.



5.º o dia, mea, e anno do Nascimento do Príncipe Imperial, e o do seu Baptismo, com declaração do lugar onde, e da Dignidade, ou Pessoa Ecclesiastica, por quem elle foi ministrado.

Artigo 5.º Acabada a escripturação do Instrumento, em duplicado, o 2.º Secretario do Senado lerá em voz alta, os dois Autographos, e lidos, os entregará ao 4.º para fazer n'elles a declaração d'esta leitura, encerrar-os, e sellos-os.

Artigo 6.º Os dois Autographos serão assignados pelo Presidente, e por todos os Senadores, e Deputados presentes, sem precedencias.

Artigo 7.º Hum dos Autographos será recolhido, e guardado no Archivo da Assembléa Geral, e o outro por humas Deputações composta de seis Senadores, e dous Deputados, será levado, e apresentado ao Imperador no dia, e hora, que elle Designar para fazer a Accitação em nome do Príncipe Imperial.

Artigo 8.º No dia designado para a Deputação, outra vez se reunirá a Assembléa Geral no Lago do Senado, e reunida se conservará desde a hida, até a volta da mesma Deputação.

Artigo 9.º Os dias da reunião das duas Camaras para atos Actos serão de grande Galla na Assembléa Geral.

Artigo 10. Humas copia authentica do Instrumento de que tratão os Artigos 3.º, 4.º, 5.º, e 6.º serão impressa, e publicada por Decreto do Imperador.

#### Formula do Instrumento

Saibaos quantos este Instrumento virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte e seis, quinto da Independencia, e do Imperio do Brazil, ao — do mez de — pelas — horas da manhã, n'esta muito Leal, e Heroica Cidade do Rio de Janeiro, no



Paco do Senado, onde se reunirão as duas Ca-  
maras, de que se compoem a Assemblia Geral  
Legislativa do mesmo Imperio, estando presen-  
tes — Senadores, e — Deputados, sob a presi-  
dencia de S. para se fazer o reconhecimento  
do Principe Imperial, na conformidade da  
Constituição Titulo 4.º Capitulo 1.º Artigo 15  
Paragrafo 3.º, se procedio ao Acto Solemne  
do dito reconhecimento; e o Sr. Dom Pedro  
de Alcantara, João, Carlos, Leopoldo, Salvador,  
Bebiano, Francisco, Xavier, de Paula, Lucadio,  
Miguel, Gabriel, Rafael Gonzaga, Principe  
Imperial, Filho Legitimo, e Primeiro Varão exis-  
tente do Sr. Dom Pedro Primeiro Imperador  
Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil,  
e da Sra. Dona Maria Leopoldina Josefa  
Carolina, Imperatriz sua Mulher, nascido  
aos dois dias do mez de Dezembro de mil oito  
centos e vinte e cinco, e Baptizado ao nove do  
dito mez, e anno, na Imperial Capella desta  
Corte, pelo Ex.º Reverendissimo Dom Joze Ca-  
etano da Silva, Bispo Diocesano, Capellão  
Mór de Sua Magestade Imperial, pela As-  
semblia Geral Legislativa, foi reconhecido  
por successor de seu Augusto Pai, no Throno,  
e Coroa do Imperio do Brasil, segundo a or-  
dem da successão estabelecida na Constituição,  
Titulo 5.º Capitulo 4.º Artigo 117, com todos os  
Direitos, e Prerogativas, que pela mesma Cons-  
tituição competem ao Principe Imperial suc-  
cessor do Throno.

E para perpetua memoria se lavrou es-  
te Acto em duplicado, na conformidade da  
Lei, e para os fins nella declarados, o qual  
foi lido por S. 2.º Secretario do Senado, em  
voz intelligivel perante a Assemblia Geral  
Legislativa, cujos Membros abaixo vão afi-  
signados; e eu S. 1.º Secretario do Senado escrevi,



e soboruro = Jozé da Cruz Ferreira = Visconde de Lorena = Jozé Antonio da Silva Maia = Visconde de Aracaty = Visconde de Maricá = Monsenhor Pizarro = Marquez de São João da Palma = Marcos Antonio de Souza = Barão d'Alcantara = Januario da Cunha Barbosa.

Logo requerida, e apriada a urgencia, o Sr. Presidente a por á votação, e foi approvada.

Em consequencia fez-se a segunda leitura, terminada a qual, consultando o Sr. Presidente a Camara, venceu-se que era materia de deliberação. Foi a imprimir.

Leu-se o Projecto de Lei de Naturalisacão ultimamente redigido n'estes termos:

A Assembleia Geral Legislativa, Decreta:

Artigo 1.º Poderá obter Carta de Naturalisacão todo o Estrangeiro, que tendo a idade cumprida de vinte e hum annos, e quatro de domicilio fixo no Imperio, com boa conducta, e que legalmente provará, justifique mais qualquer dos seguintes requeritos:

1.º Ser casado com mulher Brasileira, e ter officio, profissão, ou occupação de que possa honestamente subsistir.

2.º Possuir no Imperio, ou hum capital do valor pelo menos de seis centos de reis, por bens de raiz, commercio, agricultura, e industria, ou mostrar ter o rendimento annual de trezentos mil reis, do qual possa honestamente viver.

3.º Ser versado, e distincto em alguma Sciencia, ou Arte liberal, por alguma producção, ou escripto que o acredite, ou que por este motivo goze de pensão, ou ordenado, ficando ao conhecimento a qualificação do merito.

4.º Ter feito serviços importantes á Nação, e por tais reconhecidos pelo Governo.

Artigo 2.º Acepção dos Direitos Politicos marcados nos artigos 91. e 94 da Constitui-



ção aos Naturalizados nos termos do Artigo 1.<sup>o</sup>  
e qualquer das quatro condições acima exigi-  
das, não poderá competir o exercício dos outros  
Direitos Politicos indicados na mesma Con-  
stituição; senão quando, além dos requisitos  
que ella exige para os Cidadãos natos, tive-  
rem também o de dez annos de domicilio no  
Império sem interrupção, contados da sua  
primitiva residencia.

Artigo 3.<sup>o</sup> O Naturalizado deverá pro-  
tar na Camara respectiva, em livro para  
esse fim destinado, juramento de obediencia,  
e fidelidade ao Imperador, a Constituição, e  
as Leys do Império, com total renuncia dos  
direitos, e foras do seu Paiz. Saco do Senado  
20 de Junho de 1826, quinto da Indepen-  
dencia, e do Império. = Visconde de Vara-  
nth = Barão d'Alcantara = Francisco Car-  
neiro de Campos = João Antonio Rodri-  
gues de Carvalho.

Propondo o Sr. Presidente a votação  
da Camara foi approvado para ser remetti-  
do á Camara dos Deputados.

#### Ordem do dia

Ter lugar a primeira discussão do Projecto  
de Lei sobre os dias de Festividade Nacional.

Depois de discutido, propondo o Sr. Pre-  
sidente se passaria a 2.<sup>a</sup> discussão, assim  
se venceu.

Continuou a 2.<sup>a</sup> discussão do Artigo  
do Projecto do Regimento interno, e convida  
a elle offerecida na sessão de hontem, que  
hoje foi apoiada, e he a seguinte.

„Requeiro que se suprima a primeira  
„parte do segundo periodo do Artigo 50 = Vis-  
„conde de Inhambupe.

Terminada a discussão, foi approva-  
do o Artigo como estava.



Le-se o Artigo 51, a respeito do qual se mandará à Mesa o additamento, e emenda do theor seguinte, que serão apoiadas.

Artigo 51, Additamento. Depois da palavra = acta =. Se se fará menção do nome dos authors dos Projectos, Emendas, ou Indicações, o demais será indicado em nota marginal sobre a redacção = Barrão.

Emenda sobre a redacção.

Os Projectos, e Indicações serão transcriptos por inteiro na Acta, com a declaração dos seus authors; as informações, e documentos lidos na Camara, serão somente indicados juntamente com o objecto d'elles. Na 2.ª parte do Artigo suprima-se a disposição que permite poder declarar as razões do voto em contrario = Visconde de Caravellas.

Havendo-se a materia por discutida, o Sr. Presidente propoz

1.º Se passava o Artigo tal e qual: não passou.

2.º Se a Camara convinha em approvar a primeira parte do Artigo novamente redigido na forma da Emenda do Sr. Caravellas acrescentando-se "Emendas, Parereos de Commissoes" depois da palavra "Projectos". Resolvió-se que sim.

3.º Se approvava a segunda parte do Artigo com a supressão indicada na mesma emenda. Venceu-se que sim.

Depois de discutidos, e feitas as votações os Artigos 52, e 53, ficarão approvados, aquelles sem mudança, e este acrescentando-se-lhe infine as palavras "e Deputados".

O Artigo 54 foi approvado tal e qual.

Não passando do mesmo modo o Artigo 55, o Sr. Presidente o propoz, dizendo-se "Não o



"tando a cara com vinte e seis Senadores," em  
lugar de = não utando a cara completa-  
e declarando "que se completaria as qua-  
tro horas de Sessão." D'este modo foi appro-  
vado.

Succesivamente foram discutidos os ar-  
tigos 56, 57, 58, e 59, e approvados como es-  
tavão, a excepção do Artigo 57, no qual  
se supprime a palavra "conveniente."

A discussão do Artigo 60 ficou adi-  
ada por ter dado a hora.

O Sr. Presidente deu para a ordem  
do dia a primeira discussão do Projecto da  
Lei sobre os vencimentos dos Empregados  
do Senado, e a continuação da segunda  
do Regimento Interno.

Levantou-se a Sessão as duas horas =  
Visconde de Santo Amaro Presidente = Jo-  
ão Antonio Rodrigues de Carvalho 1.<sup>o</sup> Se-  
cretario = Barão de Valença 2.<sup>o</sup> Secretario.

Sessão 34.<sup>a</sup>

No Dia 21 de Junho de 1826

Presidencia do Sr. Visconde de S.<sup>to</sup> Amaro

Ahorta a Sessão foi lida, e approvada a  
Acta da antecedente

O Relator da Comissão de Poderes,  
leu o seguinte

Parecer

"A Comissão de Poderes, examinando  
"do o Diploma que apresentou o Sr. Se-  
"nador Externo José Carneiro da Cunha,  
"o achou legal. Tago do Senado 21 de Ju-  
"nho de 1826 = Visconde de Baependy = Jo-  
"ão Antonio Rodrigues de Carvalho.

sendo approvado na forma do es-